

Língua e literatura, ou a Mãtria revisitada

LUÍS ADRIANO CARLOS

Universidade do Porto

Para mote do meu discurso, tomo a célebre proposição de Fernando Pessoa, proferida pela voz do semi-heterónimo Bernardo Soares no fragmento 259 do *Livro do desassossego*: “Minha pátria é a língua portuguesa”. A preceder a proposição, o poeta evoca a leitura de um texto do Padre António Vieira:

E fui lendo, até ao fim, trémulo, confuso; depois rompi em lágrimas, felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele exprimir das ideias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais. (Soares, 1998, p. 255)

Aparentemente, trata-se de uma evocação que glorifica a dimensão estética da língua. Porém, acto contínuo, no parágrafo que se segue, Pessoa subordina este carácter estético a “um alto sentimento patriótico” que despreza o aspecto social e político da “pátria” para se focar numa exigência de correcção gramatical e ortográfica da língua portuguesa:

Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enjoa independentemente de quem o cuspiisse. (Soares, 1998, p. 255)

Bem entendido, neste fragmento a língua portuguesa constitui uma *pátria simbólica* representada como sede do poder convencional e da ordem racional, o que contrasta notoriamente com as leis da liberdade e da transgressão verbais inerentes à estética barroca de Vieira, que por sinal o próprio Pessoa sagraria “Imperador da língua portuguesa” num dos poemas de *Mensagem*. Ora, o conceito geral de pátria está directamente associado ao poder patriarcal, político, militar e territorial. A vontade heróica de morrer pela pátria é de resto um dos motivos mais enraizados no sentimento patriótico. Por isso, não é sem perplexidade que assistimos à apologia, ainda que transposta ou figurada, do academismo gramatical e ortográfico, expressão linguística e escritural do poder regulador e repressivo ao mais alto nível, por um dos mais insignes renovadores da língua portuguesa e da própria linguagem literária. O que se torna ainda mais embaraçoso se pensarmos que a profecia pessoana do Quinto Império, sonho emprestado pelo mesmo António Vieira de *História do futuro*, ficou muito longe de realmente se ter cumprido, sendo hoje uma pura evidência que o conceito de Pátria é inadequado para representar uma língua falada por tantas pátrias políticas e territoriais nos vários continentes. A língua portuguesa é de facto uma língua de muitas pátrias, daí que a sua perspectivação sob o ângulo patriótico, mesmo que se interprete a palavra “pátria” num sentido difuso e simbólico, não constitua a melhor forma de nomear aquele *je ne sais quoi* que nos prende a ela sem condições, até ao núcleo mais recôndito do nosso ser, estejamos onde estivermos.

O Ocidente elaborou o conceito alternativo de *mátria* para designar a relação afectiva e maternal, eventualmente obscura, do sujeito falante com a terra e a língua. A provável primeira ocorrência do termo está documentada no Livro IX da *República* de Platão (575d), referindo-se à terra-mãe dos cretenses, equivalente ao termo “pátria” dos atenienses (Platão, 2001, p. 417, e 1982, p. 54). Nesse passo, o filósofo assegura que o tirano derivado da corrupção do homem democrático, “agrilhado pelos desejos, mas especialmente pelo próprio Eros”, e afastado da razão pelo delírio irracional, castigará o pai e a mãe, escravizando a “pátria” e a “mátria” (Platão, 2001, pp. 409 seg.).

Em língua portuguesa, o termo surge no *Sermão de Nossa Senhora da Conceição*, pregado na Bahia, em 1639, pelo mesmo Padre António Vieira. Aqui, a Mátria é igualmente a terra-mãe, mas terra do desterro, sendo o Céu a nossa Pátria porque é a terra do Pai:

O mesmo nome de Patria nos està ensinando, que só o Ceo o pôde ser. E porque? Porque o nome de Patria he derivado do pay, & não da mãy: a terra em que nacemos, he a mãy que nos cria, o Ceo para que fomos criados, he o lugar do Pay

que nos dà o ser: & se a patria se derivára da terra, que he a mãy que nos cria, aviase de chamar Matria, mas chamase Patria, porque se deriva do Pay, que nos deo o ser, & està no Ceo. (Vieira, 1944, p. 288)

Num sentido muito próximo do de Platão, François de Chateaubriand, também mencionado no fragmento pessoano, chamava *pátria* à França e *mátria* à sua Bretanha natal, nas *Mémoires d'outre-tombe*, por meados do séc. XIX:

Os pés queimavam-me em Paris; não podia habituar-me ao céu cinzento e triste da França, minha pátria; que teria eu pensado então do céu da Bretanha, minha mátria [*matrie*], para falar grego? (Chateaubriand, 1998, p. 352)

E, por fim, na exígua história do conceito, destacaria a concepção fescenina de Natália Correia, no seu livro de poesia *Mátria*, de 1967, onde se apela a uma língua ovular como fonte universal do sentido e da comunicação sensível, portanto língua mais propriamente estética do que linguística. Julgo que esta língua mátria corresponde, no fundo, à *lalangue* que Jacques Lacan rastreou no labirinto joyciano de *Finnegans wake*. Uma língua agramatical, metagráfica e paragramática, não representável pelo cálculo e pela razão, onde o desejo inconsciente e o excesso expressivo se corrompem mutuamente, numa interminável relação amorosa a que só o sentimento mais obscuro é susceptível de conferir inteligibilidade. Nesta perspectiva, a Mátria é o rumor da língua imaginado pelos nominalistas durante séculos, de uma língua não necessariamente materna mas essencialmente matricial e maternal. Uma Mátria sem hierarquias, por isso *frátria*, para usar um termo do aveirense Mário Sacramento (1970) que ressoa na conhecida canção “Língua” de Caetano Veloso: “A língua é minha pátria / E eu não tenho pátria: tenho mátria / E quero frátria”.

Em última análise, a Mátria de Platão exprime este lado obscuro da origem do ser e por isso tem directa correspondência na parte maldita da poesia que mais adiante será expulsa da Cidade, no Livro X, por lisonjear o lado irracional do homem e promover o mau governo. Na verdade, esta esfera afectiva da linguagem, agramatical e desmedida, sem dúvida antiplatónica, encontra-se nos antípodas da racionalidade convencional adjudicada por Pessoa à língua portuguesa enquanto “pátria”. Mas é forçoso assinalar que ela, se tem o seu expoente literário no monumental *Finnegans wake*, é apanágio do heterónimo pessoano da “Ode Marítima” ou da “Saudação a Walt Whitman”, o engenheiro Álvaro de Campos. E que se testemunha vivamente, por exemplo, em poetas seus contemporâneos como António Nobre, Mário de Sá-Carneiro ou Ângelo de Lima, e em tantos outros criadores penetrados pelo impulso modernista a que Schiller chamara “impulso lúdico” nas *Cartas sobre a educação estética do*

homem, com evidentes manifestações não só na Modernidade mas em todas as épocas, antes e depois de Pessoa. Contudo, trata-se de uma esfera estética não estritamente artística ou literária, uma vez que percorre a linguagem emotiva de cada um de nós, de cada falante de qualquer língua e da portuguesa em particular. É graças à Matria que detemos o poder natural de tornar comunicáveis entre si o “impulso sensível” e o “impulso formal” ou a sensação e a ideia, a natureza e a lei ou simplesmente a língua do quotidiano e a língua da imaginação, potenciadas num feixe infinito de possibilidades de sentido.

No universo da linguagem, a literatura é o meio mais apto para acedermos à vivência dessa Matria em estado nascente e inesgotável, sem territórios, fronteiras e pátrias pelo caminho. Esta aparente evidência decorre da natureza complexa que ao mesmo tempo liga e separa a língua e a literatura. Com efeito, a relação entre estes dois fenómenos comunicacionais pode ser encarada em duas perspectivas contraditórias mas complementares. Em primeiro lugar, a literatura é, como frisou Paul Valéry, “uma espécie de extensão e de aplicação de certas propriedades da linguagem”, utilizando “para os seus próprios fins as propriedades fónicas e as possibilidades rítmicas” que “o discurso ordinário negligencia” (Valéry, 1957, p. 1440). Neste sentido, a literatura consiste numa expansão da língua que acentua os seus aspectos sensíveis em detrimento dos aspectos lógicos. Digamos, para abreviar, que a actividade poética é, na síntese feliz de Claude-Gilbert Dubois, “o modo de integração do material linguístico num registo de ordem estética, agindo emocionalmente e imaginariamente” (Dubois, 2001, p. 64).

Em segundo lugar, por outro lado, a literatura ousa abraçar o desígnio de reparar ou remunerar o “*défaul des langues*”, como postulava Mallarmé (1977, p. 201), contestando e reformulando as articulações da língua em todos os seus níveis de representação, verbais e pragmáticos. Nesta óptica, mais que visar uma reconciliação entre a palavra e a coisa, a literatura responde à famosa proposição de Wittgenstein (1987, p. 114) segundo a qual os limites do mundo são os limites da linguagem e não mais que isso. A criação verbal, na medida em que excede os limites da língua, tende a alargar as fronteiras do mundo até ao indeterminado e ao infinito. Mas, ademais, a literatura também responde ao projecto kantiano da arte como comunicabilidade objectiva dos sentimentos, projecto que nenhuma língua em estado gramatical consegue materializar.

A proposição pessoana pode agora ser reescrita numa outra fórmula: *Minha matria é a literatura de língua portuguesa*. Não a literatura portuguesa, mas todas as literaturas de língua portuguesa, que comunicariam entre si no eixo horizontal da matria dos sentidos perpetuamente originários e diferenciais. Num nível mais complexo, a literatura responderia assim à alegada “confusão de Babel” em que

a queda progressiva do poder colonial teria transformado a unidade original. O paradoxo desta resposta advém do facto histórico de a literatura ser na verdade a voz de Babel, entendida não como maldição mas como bênção, na esteira de François Marty (1990), uma vez que, no seu compromisso de criação, é da sua natureza exprimir o pluralismo e desencadear a comunicabilidade entre códigos e linguagens incomunicáveis. Por esse motivo, o problema da tradução não se põe da mesma maneira na língua e na literatura, porquanto a poesia é tradução na sua génese e na sua essência, desde logo na mais rudimentar figura da sua linguagem essencialmente incoativa e intuitiva.

Como bem assinala Sylvie Parizet numa obra consagrada ao “mito literário” de Babel no séc. XXI, “os escritores da época moderna exprimem a sua desconfiança não para com a multiplicidade das línguas mas para com o seu contrário — a língua única” (Parizet, 2001, p. 155). É notório que persiste na Modernidade literária um desejo de estilhaçar o sonho da língua perfeita e única, perseguida desde a Renascença. São de facto abundantes os lamentos sobre a imperfeição das palavras e a imprecisão da linguagem, protagonizados por inúmeros intelectuais ao longos dos séculos, entre os quais destaco filósofos e escritores do calibre de John Locke, Leibniz, Mallarmé, Pound e T. S. Eliot. Nesse contexto, os poetas contemporâneos de Fernando Pessoa (e ele próprio na sua multiplicação heteronímica) fomentaram uma forma de “babelismo” positivo que vincou a naturalidade intuitiva do sentido, relegando a ideia de “confusão de Babel” para a comunicação convencional e artificial das chamadas “línguas naturais”.

Por todas estas razões, a literatura é um fenómeno necessário à vivência profunda da língua e do seu jogo de possíveis. Infelizmente, no espaço da lusofonia, a língua portuguesa é muitas vezes ensinada numa perspectiva estritamente gramatical, tal como *Os Lusíadas* na minha adolescência eram usados para exercícios de tortura sintáctica, sem a devida integração no seu estado literário que afinal não é senão a prova da sua potência — e não poder — enquanto meio de comunicação e expressão. Uma das soluções para esse empobrecimento, que outros têm defendido com autoridade, é a constituição de um cânone das literaturas de língua portuguesa. Integrado pelos textos mais representativos da diversidade fundamental do universo lusófono, esse cânone maravilhoso daria voz à Mátria que une todos os falantes da língua tal como o betume unia os tijolos da Torre de Babel.

Referências bibliográficas

- Borges, J. L. (1985). A biblioteca de Babel. *Ficções*. Lisboa: Livros do Brasil.
 Bruckner, P. (2000). *Le vertige de Babel*. Paris: Arléa.

- Chateaubriand, F. de (1998). *Mémoires d'outre-tombe* (Tomo III). Paris: Garnier.
- Derrida, J. (2001). *O monolinguismo do outro ou a prótese de origem*. Porto: Campo das Letras.
- Dubois, C.-G. (2001). Les triangles de Babel. In S. Parizet (Ed.), *Le défi de Babel*. Paris: Desjonquères.
- Eco, U. (1996). *A procura da língua perfeita*. Lisboa: Presença.
- Mallarmé, S. (1977). Crise de vers. *Poésies*. Paris: Librairie Générale Française.
- Marty, F. (1990). *La bénédiction de Babel*. Paris: Cerf.
- Milner, J-C. (1978). *L'amour de la langue*. Paris: Seuil.
- Parizet, S. (2001). Enjeux politiques et philosophiques d'une langue perdue. In S. Parizet (Ed.), *Le défi de Babel*. Paris: Desjonquères.
- Pierssens, M. (1976). *La tour de Babel*. Paris: Minuit.
- Platão (2001). *A república*. Edição de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão (1982). *La république* (Tomo VII). Edição bilingue de Émile Chambry. Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres".
- Sacramento, M. (1970). *Frátria*. Porto: Inova.
- Soares, B. (1998). *Livro do desassossego*. Edição de Richard Zenith. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Steiner, G. (1992). *After Babel*. Oxford: Oxford University Press.
- Valéry, P. (1957). L'enseignement de la poétique au Collège de France. *Oeuvres*. (Vol. I). Edição de Jean Hytier. Paris: Gallimard.
- Vieira, A. (1944). Sermam de Nossa Senhora da Conceição / Na Igreja da Senhora do Desterro (Bahia, 1639). *Sermões*. São Paulo: Editora Anchieta. Rep. fac-simile de *Sermoens* (1690) (VI). Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes.
- Wittgenstein, L. (1987). *Tratado lógico-filosófico / Investigações filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Zumthor, P. (1998). *Babel ou o inacabamento*. Lisboa: Bizâncio.